

EMENDA ADITIVA Nº , de 2021.

(ao Projeto de Lei Nº 2.486 de 2021)

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 1º Esta emenda adiciona o seguinte Art. 5º-K ao Projeto de Lei Nº 2.486 de 2021.

Art. 2º O Projeto de Lei Nº 2.486 de 2021 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 1º .....

“Art. 5º-K Em caso de empate no processo de apuração de infração disciplinar, e em caso de empate no processo de aplicação de sanção disciplinar, resolver-se-á a controvérsia favoravelmente ao profissional regulado pelo Sistema Confef/Cref ou à pessoa jurídica no polo passivo do processo.”

Art. 3º Adicione-se o seguinte § 7º ao Art. 5º-C e dos seguintes parágrafos ao Art. 5º-H, todos do Projeto de Lei Nº 2.486 de 2021:

Art. 1º .....

“Art. 5º-C .....

§ 7º O voto de qualidade a que se refere o § 4 não será aplicado na hipótese do Art. 5º-K desta lei.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni e outros  
Para verificar as assinaturas acesse <http://www.camara.leg.br/CD216763281300>



.....  
.....  
“Art. 5º-H .....

.....  
§ 1º Instaurado o processo disciplinar, o Sistema Confef/Cref ordenará a notificação do interessado para oferecimento de defesa prévia, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º A não apresentação da defesa prévia não obsta o seguimento do processo disciplinar.

§ 3º A apresentação da defesa prévia ocorrerá sem prejuízo de outros meios de defesa oferecidos por esta Lei e pela regulamentação do Confef/Cref.”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

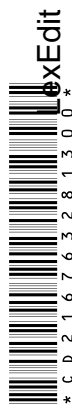
A instituição deste novo marco legal para os Conselhos de Educação Física é louvável medida legislativa, atendendo aos pressupostos da segurança jurídica e da liberdade profissional. Sabendo destes e reconhecendo o mérito do projeto e sua robusta técnica legislativa, apresenta-se a corrente emenda, que oferece pequenos retoques para resguardar o polo hipossuficiente da relação jurídica entre Confef/Cref e profissional de Educação Física.

Aqui, dispõe-se a instituição de *in dubio pro* profissional de Educação Física, uma vez que este, confrontado à instituição reguladora, envolta-se de vulnerabilidade. Além disso, dispomos a hipótese de apresentação de defesa prévia, quando da instauração de processo disciplinar. Nesse sentido, a defesa prévia é um instituto importante para se resguardar o direito de petição dos interessados e é um pilar para a instrução do processo, mesmo que sua não apresentação não obste o andamento deste.

Portanto, em nossa cognição, o direito de defesa deve ser brevemente ampliado, sem prejuízo dos já existentes e daqueles dispostos em futura regulamentação desta lei pelo Conselho Profissional. Nestes termos, clamo pelo apoio dos pares neste avanço ao projeto.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216763281300>



Sala das Sessões, de julho de 2021.

**Deputado Felipe Rigoni**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216763281300>





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Felipe Rigoni )**

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

Assinaram eletronicamente o documento CD216763281300, nesta ordem:

- 1 Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES)
- 2 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT      \*-(p\_7800)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB      \*-(P\_7834)
- 5 Dep. Wellington Roberto (PL/PB) - LÍDER do PL

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

